



FERRAMENTAS DIGITAIS COMO MEIO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA SURDOS

DIGITAL TOOLS AS AN INCLUSIVE WAY IN HEALTH EDUCATION FOR THE DEAF

HERRAMIENTAS DIGITALES COMO MEDIO INCLUSIVO EN EDUCACIÓN PARA LA SALUD PARA SORDOS

Guilherme Willisngton Tavares Pereira

Graduado em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Graduado em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID;

Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL;

Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB

guilhermewtavares@gmail.com // <https://orcid.org/0000-0001-5233-9012>

Cristiane Dias Martins da Costa

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó;

Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – PPGEED

cristiane.dmc@ufma.br // <https://orcid.org/0000-0003-2452-6296>

Recebido em 24/03/2021; Aprovado em 19/04/2021; Publicado em 21/06/2021

Resumo: a educação inclusiva tem sido tema recorrente nas discussões, tanto nos segmentos educacionais quanto nos sociais. Entretanto, o surdo como parte integrante da sociedade, em alguns aspectos vê-se segregado, como nos métodos de divulgação de conceitos e termos da Educação em Saúde. Considerando o cenário epistemológico da Pandemia em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em 2020, objetivou-se analisar vídeos com conteúdo que abrangessem a temática educação em saúde com possibilidades de utilização pelos surdos. Para isso foi utilizado o instrumento de Gomes (2008) que trabalha com diferentes categorias para a análise de vídeos na divulgação científica, utilizando o Portal Aberto Youtube como meio de busca dos vídeos. Através da categorização foi possível perceber que dos dez vídeos analisados seis vídeos possuíam característica inclusiva, seja está por meio de sinalização realizada por pessoa surda ou presença de ouvinte sinalizando em Libras, presencialmente ou por meio de tela de interpretação, enquanto os demais eram direcionados aos ouvintes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Saúde para Surdo; Tecnologia da Informação.

Abstract: inclusive education has been a widely discussed subject, both in the educational and social sectors. However, the deaf as an integral part of society, in some aspects are segregated, as in the methods of disseminating concepts and terms of Health Education. Considering the Pandemic epistemological scenario due to the human infection with the New Coronavirus (COVID-19) in 2020, this research aimed to analyze videos that have the theme of education and health that can be used by the deaf. For that, the instrument of Gomes (2008) was used, which works with different categories for the analysis of videos in scientific dissemination, using the Open Portal Youtube as a means of searching for videos. Through the categorization it was possible to notice that from the ten videos analyzed, six videos had an inclusive characteristic, whether it is



through signaling performed by a deaf person or the presence of a hearing person signaling in Brazilian Sign Language (Libras), in person or through an interpretation screen, while the others were directed to hearing people.

Keywords: Health Education; Scientific Dissemination; Health for the Deaf.

Resumen: la educación inclusiva se ha debatido ampliamente, tanto en el sector educativo como en el social. Sin embargo, el sordo como parte integral de la sociedad, en algunos aspectos está segregado, como en los métodos de difusión de conceptos y términos de Educación para la Salud. Considerando el escenario epistemológico de Pandemia por la infección humana con el Nuevo Coronavirus (COVID-19) en 2020, se tuvo como objetivo analizar videos que tienen la temática de educación y salud que pueden ser utilizados por personas sordas. Para ello se utilizó el instrumento de Gomes (2008), que trabaja con diferentes categorías para el análisis de videos en divulgación científica, utilizando el Portal Abierto Youtube como medio de búsqueda de videos. A través de la categorización se pudo notar que, de los diez videos analizados, seis videos tenían una característica inclusiva, ya sea a través de la señalización realizada por una persona sorda o la presencia de una persona oyente que señala en Lengua Brasileña de Señas (Libras), en persona o mediante una pantalla de interpretación, mientras que los demás estaban dirigidos a personas oyentes.

Palabras clave: Educación inclusiva; Salud para sordos; Tecnología de la información.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um assunto recorrente nas pautas de discussão, tanto nos segmentos educacionais quanto nos sociais. Incluir no campo educacional não significa colocar o aluno na escola sem dar condições necessárias de participação efetiva, mas desenvolver técnicas e estratégias para que a inclusão seja efetivamente realizada. Apesar de políticas públicas como as leis nº 9.394/96 (LDB) e nº 10.436/02 (Libras) e decretos de nº 3.295/99 (política nacional para a integração da pessoa com deficiência) e nº 6.094/07 (plano de metas compromisso todos pela educação), além de resoluções e pareceres que garantem o acesso e a permanência do aluno deficiente no sistema de ensino, ainda se encontram inúmeras barreiras que impedem que políticas de inclusão sejam realmente efetivadas.

Neste artigo, considerando o cenário epistemológico da Pandemia em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em 2020, sentimos a necessidade de analisar quais são os meios de informação que os professores podem utilizar para desenvolver a temática saúde com as pessoas surdas, tendo em vista a exclusão desse público em relação aos conceitos e termos da saúde.

As inovações e conquistas tecnológicas estão cada dia mais presentes na sociedade, em especial, no momento de Pandemia que impossibilitou o contato de professores e alunos de forma presencial, sendo necessário o uso das tecnologias para a comunicação dos mesmos. Tal fato tem



gerado diferentes pensamentos em relação a utilização dessas tecnologias nos diferentes meios, visto que há a possibilidade de compreender a sua relevância e implicações para a sociedade.

Nesse contexto, é possível perceber o importante papel que as tecnologias da informação têm ocupado no processo de conhecimento científico de uma população, através da facilidade que determinadas questões são levadas ao público. Sendo estas por meio de redes sociais ou sites de notícias, em que sair de casa para buscar informações ou pesquisar em livros, não são ações tão rotineiras para se informar sobre assuntos gerais ou específicos, como já foram utilizadas um dia.

Na área da saúde, o crescimento de tecnologias da comunicação é de suma importância, pois os conteúdos direcionados a saúde também se popularizaram dentro das tecnologias. Atualmente, para se descobrir os possíveis sintomas de uma doença ou quais os índices existentes de determinada alergia ou como se prevenir do Novo Coronavírus, não se faz necessário a busca incessante em livros ou em locais específicos para atendimento médico.

Dentre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), destacamos aqui os portais e sites de vídeos abertos para a população em geral, tanto para publicação quanto para visualização. Onde, professores, médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, e diversos outros profissionais das diferentes áreas, assim como a população de modo geral, tem a liberdade de acessar e divulgar vídeos que sejam direcionados para o entretenimento, notícia, informação, educação, entre outras temáticas.

Mesmo observando as facilidades que as tecnologias trouxeram para o conhecimento científico da população, os questionamentos que ainda surgem relacionando tais tecnologias num processo de inclusão são: de que maneira um surdo pode obter conhecimento, por meio das tecnologias, sobre temáticas voltadas para a área da saúde? Quais são os recursos utilizados por meios de divulgação que façam tais tecnologias efetivarem a divulgação para toda população, independentemente de suas diferenças?

Com isso, objetivou-se através dessa pesquisa analisar vídeos que tivessem como temática a educação em saúde, como um meio de divulgação científica passível de utilização para a educação de surdos. Para tal análise foi utilizado o instrumento de Gomes (2008) que trabalha com diferentes categorias para a análise de vídeos na divulgação científica no ensino de ciências, sendo, portanto, adaptado para este trabalho ao direcionar às pessoas com surdez.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no Brasil, apesar de alguns avanços, sempre foi um desafio a ser superado tendo em vista o distanciamento das políticas públicas na perspectiva inclusiva, a nível



nacional e sua prática nas escolas públicas brasileiras. Entende-se aqui como educação inclusiva uma prática da inclusão de todos, considerando diversos aspectos como classe social, diferença cultural, tipos de deficiência, opção religiosa, etc., vendo as escolas como um espaço privilegiado para atender às necessidades de todos os seus alunos.

No Brasil, os avanços dos princípios de inclusão ganham força no século XX através de documentos normativos que garantem o acesso e a permanência de todos à educação, dentre eles, podemos citar a Constituição Federal Brasileira em seu inciso III do Art. 208 afirmando que o atendimento educacional aos alunos deficientes deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino”. E esta afirmação é reforçada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.349/96) que prevê “currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos” para o atendimento adequado de Necessidades Educativas Especiais (art. 59, I) e “...professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (art. 59, III).

Neste contexto, a Declaração de Salamanca, que foi elaborada pela Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994 na Espanha, define que Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional¹ (UNESCO, 1994). Essa perspectiva de inclusão reforça que é direito do aluno com deficiência ter acesso à educação pública de qualidade, assegurado pela Política Nacional de Educação Especial (PNEE).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 5).

Outro documento importante nesta trajetória, que está prescrito na Constituição Federal e reafirmado pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, é o Plano Nacional de Educação (PNE) que norteia a educação através de metas e estratégias estabelecidas para o desenvolvimento da educação brasileira a cada dez anos (Lei 13.005/2014). O atual PNE traçou 20 metas para a educação do país a nível nacional até 2024, sendo destacado neste artigo apenas a Meta 4.

Toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo,

¹ <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>



Vale ressaltar que a nova Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (PNEE, 2020), instituída pelo decreto n. 10.502, é considerada um retrocesso no campo dos avanços que estavam sendo feitos em relação a educação inclusiva, uma vez que retoma a ideia de classes segregadas e coloca um peso maior na decisão familiar em aderir ou não a nova política. Nessa perspectiva, a escola não tem mais a obrigatoriedade de matricular as crianças deficientes, podendo aconselhar os familiares para as escolas especiais, distanciando-se do conceito de educação inclusiva.

De acordo com Mantoan (2003) uma prática inclusiva independe da classe social, cultural e/ou deficiência, sendo as escolas e as salas de aula um espaço que deve atender às necessidades de todos os alunos. Se a escola pública brasileira não está conseguindo ofertar uma educação de qualidade para as pessoas deficientes, como estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (2015), então é necessário mais investimento na área educacional para que possa ser garantido o direito à educação estabelecido desde a Constituição Federal.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) documento normativo que norteia a Educação Básica, apresenta dez competências gerais, dentro delas, duas apontam questões relacionadas à educação inclusiva: na competência quatro, ao tratar da utilização de diferentes linguagens citando a Libras; e na nona competência ao pontuar a importância de exercer a empatia e o diálogo promovendo o respeito ao outro, aos direitos humanos com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos. Entretanto, apesar de citar, a BNCC não trata especificamente da educação inclusiva no seu documento, o que acaba transferindo a responsabilidade para cada currículo escolar, o que não assegura que seja dada a devida importância de garantir uma educação equitativa para todos.

Direcionando os desafios da educação inclusiva para um público-alvo específico que são os surdos, fica claro que apesar de fazer parte da sociedade como indivíduo, eles ainda enfrentam diversos obstáculos para que seja garantida uma educação de qualidade.

EDUCAÇÃO PARA SURDOS E A LIBRAS

Todos os ouvintes, ao nascer são expostos a múltiplos estímulos sonoros, possibilitando a distinção de pessoas, animais e até alguns objetos a partir da produção de som que os mesmos

² Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria no 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.



fazem. Sendo assim, com o passar do tempo a estrutura de sua língua vai sendo formada, sem necessariamente ser realizado um treinamento para isso. Portanto, a criança entra em um âmbito educacional, já possuindo conceitos prévios (SILVA, 2008).

Enquanto que para as crianças nascidas surdas, ou até mesmo que adquiriram a surdez com tenra idade, a linguagem se torna um obstáculo para diversas questões, e uma delas é a aprendizagem. Vale destacar nesta discussão que “o surdo é o indivíduo cujo sentido da audição não é funcional para os objetivos comuns da vida (...) e, deficientes auditivos ou hipoacústicos são os indivíduos cuja audição, embora deficiente, (...) é funcional com ou sem a ajuda de prótese auditiva” (SILVA, 2008, p. 11).

É necessário salientar que a capacidade intelectual do surdo não é acometida quando se trata desta especificidade. O surdo consegue aprender igualmente como um ouvinte, apenas necessita de meios e métodos diferentes para que adquira tal aprendizado. Apesar de Bassani e Sbardelotto (2010, p. 5) afirmarem que “os ouvintes são acometidos de que ser ouvinte é melhor do que ser surdo (...), pois este é o resultado da perda de uma habilidade disponível para a maioria dos seres humanos”.

Independentemente do comparativo que é feito entre os diversos grupos por suas diferenças, é necessário que a sociedade se torne reflexiva sobre seus próprios atos, devendo neste processo, dialogar sobre a construção de um meio passível de ser vivido de forma igualitária, onde as diferenças sejam respeitadas e a educação seja concretizada (COSTA; PEREIRA; SILVA, 2017).

A Libras, como uma língua, possui todas as estruturas que a compõe, podendo ser explorada por meio da configuração de mãos, expressão facial, classificadores, meio a ser sinalizado, direcionamento, entre outros (DEUS, 2012). As Línguas de Sinais são sistemas de sinais independentes das línguas faladas, onde dependendo da localidade podem se diferenciar. Como por exemplo, no Brasil temos a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais); nos EUA utiliza-se a ASL (American Sign Language); e na França a LSF (Langue de Signes Français).

De acordo com Fernandes (2011), a Libras é utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais, considerando que cada país tem sua própria língua, que expressa a cultura de cada comunidade de surdos. Ao tratar da sua utilização a autora pontua que a Libras é mais utilizada nos centros urbanos.

(...) principalmente dos centros urbanos pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhecê-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito as situações e as vivências cotidianas. Há, também, alguns surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros surdos que utilizam a opção



Sabendo disso, afirmamos que a Libras é uma língua necessária para o aprendizado efetivo do surdo, onde o mesmo possui capacidades mentais suficientes para um aprendizado de qualidade, apenas com a necessidade da utilização de meios diferenciados para a concretização da mesma. Ainda nestes conceitos, Domingos (2014, p. 16) fala que “a Língua de Sinais propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, facilita o processo de aprendizagem de línguas orais, serve de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e favorece a produção escrita”, ou seja, a introdução da Libras ao aluno surdo faz com que ele desenvolva diversos aspectos mais facilmente.

Entretanto, apesar de existir a Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05 que garantem que as escolas devem garantir o ensino da Libras aos alunos surdos, observa-se uma falta de tradutores e intérpretes de Libras nas escolas públicas, o que destaca a não efetivação deste direito aos surdos. Segundo o MEC, em 2012, havia 27.540 alunos surdos matriculados; no entanto, em 2016, esse número caiu para 21.987, resultando em 20% a menos. Os dados tornam-se mais preocupantes quando comparados aos 9,7 milhões de brasileiros que, segundo o IBGE, são surdos ou têm deficiência auditiva. Grande parte desse contingente não é oralizada e não consegue se comunicar sem a língua de sinais; ou seja, intérpretes e/ou tradutores são indispensáveis para sua inserção na sociedade.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA SURDOS

Os desafios presentes no cotidiano das pessoas surdas se tornam ainda maiores quando direcionamos a temática para a educação em saúde. Se não há políticas públicas de educação em saúde específica para o público com surdez, como os mesmos são acolhidos em meio aos seus direitos? Os surdos, como cidadãos que possuem seus direitos e deveres igualmente aos demais que não possuem essa especificidade, ficam aquém de conceitos relacionados à saúde. De que forma um surdo desenvolve conhecimentos sobre os possíveis sinais relacionados a uma doença, para que então consiga se expressar de forma adequada em um ambiente hospitalar?

Mesmo após décadas de desenvolvimento, observa-se que as influências nos processos de aprendizagem advinham de processos sociais, econômicos, culturais, psicológicos e comportamentais, e não se relacionavam com conceitos voltados a área da saúde. Então, foi necessária a intervenção governamental por meio de projetos e programas que visem a inter-relação entre o ensino formal e a educação em saúde, identificando a escola “como espaço comunitário



coletivo, dinamizador de informações e conceitos que contribuirão para comunidades mais saudáveis” (SILVA e BODSTEIN, 2016, p. 1784).

O surgimento da Associação Brasileira de Saúde Escolar, a Política Nacional de Promoção a Saúde, as Escolas Promotoras de Saúde, a Conferência Internacional de Promoção da Saúde, a Conferência Nacional de Saúde, o Programa Saúde na Escola, entre outros, têm finalidades semelhantes, ou seja, avaliar as condições de saúde, promover a saúde, prevenir doenças, educar e capacitar profissionais e jovens e monitorar a avaliação da saúde dos estudantes, entretanto, não apresentam uma proposta digital que inclua pessoas surdas.

Ademais, tal pensamento decorre da mesma forma com os Planos de Saúde (2016-2019), que objetivam reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável, porém, também não possuem direcionamento para que tal compreensão seja feita pelo público surdo.

Com passos estreitos, mesmo que promissores, foi percebido nos Planos de Saúde, que os mesmos não incluem em sua forma de promoção e divulgação de temas relacionadas a saúde a utilização de meios digitais para tal ação. Fazendo com que a ampla curiosidade do público se direcione para meios de fácil acesso, mas nem sempre de base bibliográfica correta ou plausível de ser utilizada através das TIC.

Apesar dos entraves, as Tecnologias da Informação e Comunicação tem oportunizado, mesmo que de forma desigual, uma reconstrução do saber de maneira que redefina as pedagogias e metodologias de ensino e aprendizagem, (BRASIL, 2010). As TIC como ferramenta de ensino, valorizam os direcionamentos pedagógicos, como a flexibilidade de acesso à informação, a associação direta entre texto, imagem e som, além da perspectiva favorável no uso de vídeos didáticos que não utilizam somente palavras escritas ou discursos, mas também imagens (MARCELINO JUNIOR et. al., 2004). Conforme Pavão (2017, p. 11) “os vídeos se utilizam de efeitos (gráficos, animações, legendas, etc.), para reforçar uma mensagem veiculada por recurso áudio visual”.

PROCESSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS

Atualmente com a popularização da produção de vídeos digitais, a maioria da população possui câmeras digitais e celulares com recurso de filmagem, em que por meio deles acessam portais específicos para produção visual. Essa produção visual, direciona-se para o ensino e divulgação da



ciência, e pelo fácil acesso, acaba fazendo com que qualquer indivíduo possa publicar seus vídeos ou visualizar vídeos de outros, disponibilizados no mundo todo (VICENTI e DOMINGUES, 2008).

A busca para a concretização dos objetivos dessa pesquisa se deu no Portal Aberto Youtube, justificando-se tal seleção de site como meio de busca para os vídeos, pelo seu alto número de acessos mundialmente e por conter aplicativo logado em dispositivos moveis independente do sistema operacional funcionando. Sendo possível afirmar que o acesso mais comum fosse para este site, com diferentes direcionamentos, desde buscas gerais, entretenimento, educação, até temas relacionados ao ensino e aprendizagem.

Após a busca e catalogação dos vídeos conforme suas temáticas, usando palavras-chave de busca Saúde e Surdo³, utilizou-se o instrumento de análise de Gomes (2008) para a caracterização de tais vídeos, segundo seu conteúdo, aspectos técnicos-estéticos e público-alvo, conforme se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1. Categorias e Subcategorias para a análise dos vídeos, segundo Gomes (2008).

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Conteúdo	Contextualização e Clareza
	Qualidade Científica
Aspectos Técnicos Estéticos	Qualidade dos elementos gráficos
	Ambiente e Decoração
	Utilização de meios inclusivos
Público Alvo	Público claramente definido
	Linguagem adequada ao público

Fonte: Elaborada pelos autores

Vale destacar que a busca pelos vídeos se deu a partir da seleção dos 10 vídeos que tiveram um maior número de visualizações até o mês de novembro de 2020, a partir da busca utilizando-se das palavras-chave, saúde e surdo. Conforme se observa na Tabela 2 a quantidade de visualizações varia de 5 mil a 90 mil, tendo vídeos postados entre os anos de 2013 a 2020. A escolha para este critério de seleção se deu por conta da compreensão, de que os vídeos que possuem maiores quantidades de visualizações, são os primeiros vídeos que surgem nas pesquisas quando buscadas informações que contenham as palavras chaves desta pesquisa.

³ Foi necessário utilizar quatro variáveis nas palavras chaves utilizadas, tendo em vista a inclusão de novos vídeos a partir da presença/ausência de acentos e do plural das palavras: “Saúde e Surdo”, “Saude e Surdo”, “Saúde e Surdos” e “Saude e Surdos”.



Tabela 2. Links dos vídeos relativos às palavras chaves de busca que possuíam maior quantidade de visualizações.

Ordem	Título do vídeo	Quantidade de Visualizações	Data de Postagem	Link do Vídeo
1	Perda de audição Dicas de Saúde	90.710	12/11/2015	https://www.youtube.com/watch?v=3ECpSGBQ_zE&ab_channel=DrauzioVarella
2	<u>Médica falando em Língua de Sinais com um paciente surdo! Emocionante</u>	27.198	13/07/2017	https://www.youtube.com/watch?v=yrg6Cq_H4To&ab_channel=MarceloGutiLibras
3	<u>Teatro surdos campanha fraternidade saúde e público 2012</u>	26.375	22/01/2013	https://www.youtube.com/watch?v=d-CxGGiq27M&t=14s&ab_channel=GlayssonRhenerRocha
4	<u>Direitos dos surdos (libras) na assembleia Legislativa de SP Linguagem dos Sinais</u>	20.012	28/09/2016	https://www.youtube.com/watch?v=qWWJ1WciHFI&t=219s&ab_channel=Conte%C3%BAdoPortugalBrasil
5	<u>Saúde da Mulher / Fértil (Surdas e Libras 2016)</u>	17.057	04/08/2016	https://www.youtube.com/watch?v=TcyL5RExqeA&t=457s&ab_channel=MilenaMendes
6	<u>Falta de informação e o risco à saúde dos surdos</u>	14.437	21/04/2020	https://www.youtube.com/watch?v=b5n9x5vkQgM&t=2s&ab_channel=HandTalk
7	<u>Pessoas surdas e os desafios para a inclusão</u>	12.514	26/09/2019	https://www.youtube.com/watch?v=M4w1e297pWU&t=1s&ab_channel=TVBrasilGov
8	<u>Dia Nacional do Surdo - 26 de setembro</u>	7.124	25/09/2018	https://www.youtube.com/watch?v=7t0QfcZFY5Q&t=2s&ab_channel=Minist%C3%A9rio daSa%C3%BAdade
9	<u>Saúde em Libras VI -- A pessoa surda diante da gravidez - Prof. Luiz Alberico Falcão</u>	5.307	20/07/2014	https://www.youtube.com/watch?v=62L38di6dc8&ab_channel=LibrasPernambuco
10	<u>Saúde: exame previne e alerta sobre a surdez em bebês</u>	5.284	05/09/2018	https://www.youtube.com/watch?v=QrErj7oSRig&ab_channel=Paran%C3%A1noAr

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir da seleção, foi possível analisá-los a partir das seguintes categorias: **Conteúdo** que será analisado se o tema abordado nos vídeos trata sobre conceitos relacionados à área da saúde, com palavras do cotidiano ou do meio científico que seja de fácil entendimento para o público-alvo. Na Categoria **Aspectos Técnicos-Estéticos** será analisado o visual do vídeo, se foca em um ambiente claro e com boa visualização dos materiais ou imagens que possam ser apresentados, além de se analisar, caso haja, tela de interpretação para Libras e/ou a presença de legendas. Para a Categoria **Público-alvo** será analisado se o vídeo tem direcionamento para o público ouvinte ou



surdo, assim como observando-se para qual faixa etária e gênero o mesmo está direcionando, se este dado for explícito no vídeo.

Partindo de tais definições para a análise, na Categoria – **Conteúdo**, Subcategoria - **Contextualização**, três vídeos estavam sendo apresentados em Libras do início ao fim, falados de surdos para surdos ou ouvintes falando em Libras. Outros três vídeos, foram apresentados com tela de interpretação ou tradução presencial do português para a Libras por meio de um Tradutor-Interprete de Sinais. Enquanto dois dos vídeos analisados apresentaram em algum momento, alguém falando em língua de sinais, porém, não era o objetivo central do vídeo, e dois vídeos, não possuem nenhuma característica inclusiva, sendo ouvintes falando para ouvintes.

É importante destacar a importância que o Tradutor-Intérprete de Sinais tem na relação surdo e ouvinte. Ele se apresenta como uma ponte de ligação da comunidade surda com a comunidade ouvinte, para que ocorra a efetiva comunicação entre os pares. Com isso, Oliveira (2018) destaca em sua pesquisa a importância do Tradutor-Intérprete e como o mesmo é apresentado na legislação nacional.

A profissão do TILS (...) passou a ter maior visibilidade, principalmente com o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. [...] Em 1º de setembro de 2010, foi promulgada a lei federal 12.319 regulamentando a profissão TILS. Ela trouxe além das competências e atribuições desse profissional, (...) sendo assim, um dos principais documentos como referência acerca da profissão (OLIVEIRA, p. 16, 2018).

Em relação à Subcategoria – **Clareza** foi possível perceber que a linguagem de todos os vídeos era direcionada para um público leigo, sem conhecimento de termos científicos, mas que conseguisse compreender de forma clara o objetivo do vídeo. Na Subcategoria – **Qualidade Científica**, dentre os vídeos que tratavam sobre doenças ou cuidados pessoais todos eram falados por profissionais da saúde, enfermeira ou médico, de maneira coloquial e de fácil compreensão, sem deixar de lado termos técnicos da área que eram posteriormente explicados.

Enquanto na Categoria – **Aspectos Técnicos-Estéticos**, Subcategoria – **Qualidade dos elementos gráficos**, destaco o vídeo dois que apresenta a cena de um filme, onde a médica apenas consegue desenvolver o tratamento do paciente por saber língua de sinais, após descobrir que o paciente é surdo; e, o vídeo de número oito, filmado, aparentemente uma única vez, frontalmente, de uma criança surda falando durante todo o percurso em Libras sobre o Dia Nacional do Surdo, conforme mostra a Figura 1.



#DiaNacionaldoSurdo #Surdez #Inclusão
Dia Nacional do Surdo - 26 de setembro

Figura 1. Print da imagem do vídeo de número oito (8).

Direcionando-se a Subcategoria – **Ambiente e Decoração**, todos os vídeos apresentavam-se em ambientes de fácil visualização, com clareza e coloração contrastantes que valorizassem as imagens ou objetos apresentados, assim como entrevistados ou apresentadores.

Quanto a Subcategoria – **Utilização de meios inclusivos** foi perceptível a ausência de meios que tornassem tais vídeos inclusivos, principalmente os vídeos que não tinham direcionamento específico para o público surdo. Dentre os vídeos selecionados, três deles eram direcionados apenas para ouvintes, pois não possuíam nenhum meio de inclusão, outros dois vídeos tinham como língua principal a oral-auditiva, porém, apresentavam meios de inclusão, como intérprete presente, legenda ou tela de intérprete. Os demais vídeos eram apresentados por pessoas surdas, falando em Libras.

A importância do processo inclusivo se dá, principalmente, quando ao falarmos sobre os surdos, vemos que sua maior barreira é a linguagem e a comunicação. Aqui, a linguagem é considerada uma atividade psíquica humana, desenvolvida por processos cognitivos naturais, e adquirida por meio do convívio social, constituindo o sujeito como um cidadão. Com isso, para uma criança surda que nasce em um meio ouvinte, o que lhe resta como possibilidade de um desenvolvimento social, são meios inclusivos que a levem a vivenciar, apesar suas especificidades, o mesmo que os ouvintes. Tal fato, destacado por Lacerda (2006).

Os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos. Desse modo, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem aprendizado tardio de uma língua. Observa-se que as crianças surdas se encontram defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade (LACERDA, p. 2, 2006).



Por fim, na Categoria – **Público-Alvo**, Subcategoria – **Público claramente definido**, é possível perceber que a maioria dos vídeos possui classificação geral de público, dentre eles três direcionavam-se para o público adulto interessado nos direitos para os surdos, quatro deles estavam direcionados para o público em geral, sem restrição de idade, e os três demais estavam direcionados ao público feminino surdo ou ouvinte.

Enquanto que na Subcategoria – **Linguagem adequada ao público**, todos os vídeos seguiam conforme seu direcionamento. Sendo o público-alvo adulto feminino, adulto ouvinte ou surdo e/ou para todos os públicos. A linguagem utilizada era cabível de ser falada conforme as temáticas abordadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o processo histórico e social do surdo no Brasil, percebe-se um desenvolvimento na cultura surda do país, incentivado pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, assim como o Decreto que a regulamenta, nº 5.526, de 22 de dezembro de 2005. Esses avanços foram de grande valia quando se encontra hoje meio e métodos capazes de inserir o surdo em um mundo que antes era desconhecido.

A Língua Brasileira de Sinais é indispensável para fazer com que o surdo possa se sentir inserido e incluído em um ambiente ou determinada temática. Conforme a análise, os vídeos que possuíam a presença de um surdo sinalizando, se limitaram a três vídeos, que perceberam a necessidade do compartilhamento do conteúdo abordado para a comunidade em que os mesmos estão inseridos. Percepção esta existente, pela falta de conteúdo específico para que eles pudessem aprender tais conceitos ou práticas comuns do dia a dia dos ouvintes, mas que se não são ensinadas de maneira cotidiana para um surdo, ele teria dificuldades em descobrir.

De modo geral, o que se observa são mudanças vivenciadas no âmbito das relações tecnológicas, que não se apresentam como uma realidade no contexto educacional para todas as pessoas. Além disso, não tem favorecido, de modo igualitário, espaços de discussão e diálogo que fomentem uma formação que conduza o indivíduo, não só para a formação profissional, mas para o exercício da cidadania (CANTANHEDE, 2012).

Com isso, vale destacar a necessidade que as tecnologias da informação têm em serem inseridas como um método de inclusão para diversas comunidades que possuam especificidades, utilizando-se de suas qualidades e facilidades para a divulgação da ciência e conceitos científicos de diversas áreas para a população de maneira igualitária. Sendo hoje, especialmente em tempos de



Pandemia, uma possibilidade para os professores trabalharem com os seus alunos através das plataformas digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANI, Cristiane; SBARDELOTTO, Dilaine Aparecida. A importância do ensino de libras na educação fundamental. **UNIGUAÇU**. Nov. 2010. Disponível em: <<http://www.faesl.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/224-a-importancia-do-ensino-de-libras-na-educacao-fundamental>>. Acesso em: 01 set. 2019

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 07 dez. 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 05 dez. 2020.

_____. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do PNE**. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____. **Lei Federal 13.146/15. Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CANTANHEDE, S. C. S. **Textos da revista Ciência Hoje como recurso didático: análise e possibilidades de uso no ensino médio de química**. 2012. 221 f. Dissertação (Mestrado em Química). Universidade Federal de São Carlos, 2012.

COSTA, C. D. M.; PEREIRA, G. W. T.; SILVA, R. F. **Os sinais, as letras e os números: uma experiência do ensino de libras**. International Book Market Service Ltda: Local: 17 Meldrum Street, Beau Bassin, 71504, Mauritius. Editora Novas Edições Acadêmicas, 2017.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca; Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum. **Revista Anápolis Digital**. Anápolis - GO, vol. 3, n. 1, p. 1-15, Outubro. 2012. Disponível em: <http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/05/Maria-de-Lourdes-Fonseca.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.



DOMINGOS, M. C. S. A inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular. **RVCS**. Editora Arara Azul. Petrópolis - RJ, Ed, 14, p. 1-32, set. 2014. Disponível em: ><https://editora-araraazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/5%C3%82%C2%BA%20Artigo%20para%20Revista%2014%20de%20autoria%20de%20MARIA%20CRISTINA%20DOMINGOS.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: Atual, 2011.

GOMES, F. L. Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise. **Revista Travessias**. Sorocaba/SP, ed. 04, v. 02, n. 3, p. 1 – 7. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3128/2463>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES** vol. 26, nº 69. Campinas-SP. May/Aug. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MARCELINO JUNIOR, C. A. C.; BARBOSA, R. M. N.; CAMPOS, A. F.; LEÃO, M. B. C.; CUNHA, H. S.; PAVÃO, A. C. Perfumes e essências: a utilização de um vídeo na abordagem das funções orgânicas. **Química Nova na Escola**, v. 19, n. 1, p. 15-18, 2004. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc19/a05.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, V. R. **O tradutor interprete de Libras e a tradução audiovisual de conteúdo político partidário: problematizando este trabalho**. Monografia. 2018. Joinville – SC. 79 f. (Bacharelado em Letras Libras). Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

PAVÃO, A. S. **Análise e Construção de Vídeos sobre Experimentação para o Ensino de Ciências**. Monografia. 2017. 34 f. (Licenciatura em Ciências Naturais/Biologia). Universidade Federal do Maranhão, 2017.

SILVA, C. dos S.; BODSTEIN, R. C. de A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1777-1788, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000601777&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SILVA, L. P. Manual de orientações de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental. **Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE**. Mandirituba, 2008.

VICENTI, G. W.; DOMINGUES, M. J. C. S. O uso do vídeo como instrumento didático e educativo em sala de aula. In: **XIX ENANGRAD**. 01 a 03, 2008, Curitiba. XIX Encontro Nacional de Curso de Graduação em Administração. Curitiba: XIX Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4335328-O-uso-do-video-como-instrumento-didatico-e-educativo-em-sala-de-aula-gustavo-wuergers-vicentini-maria-jose-carvalho-de-souza-domingues.html>>. Acesso em: 26 abr. 2021.